O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
4 - NIRE 3330028205-0		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Emb. Abelardo Bueno, 199 - 6º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
3 - CEP 22775-040	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 3311-9700	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 21	12 - FAX 3311-9722	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Eduardo Alcalay			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Abelardo Bueno, 199 - 6º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
4 - CEP 22775-040	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 21	8 - TELEFONE 3311-9700	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 21	13 - FAX 3311-9722	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo	01/01/2008	31/12/2008
3 - Antepenúltimo	31/03/2007	31/12/2007
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S		5 - CÓDIGO CVM 00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Fernando Alberto S. de Magalhaes		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 054.835.508-89

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2 31/12/2008	3 31/12/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	78.585	78.585	161.918
2 - Preferenciais	0	0	73.837
3 - Total	78.585	78.585	235.755
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1380 - Educação
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Participação em sociedades de ensino superior
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 17/03/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	505.164	458.369	420.244
1.01	Ativo Circulante	89.351	152.224	202.136
1.01.01	Disponibilidades	57.399	117.232	200.975
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	350	186	2.974
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	57.049	117.046	198.001
1.01.02	Créditos	25.578	29.285	0
1.01.02.01	Clientes	0	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	25.578	29.285	0
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	25.578	29.285	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	6.374	5.707	1.161
1.02	Ativo Não Circulante	415.813	306.145	218.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.982	1.692	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.668	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.668	0	0
1.02.01.03	Outros	1.314	1.692	0
1.02.02	Ativo Permanente	411.831	304.453	218.108
1.02.02.01	Investimentos	349.170	242.011	164.726
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	349.170	242.011	164.726
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	219	0	0
1.02.02.03	Intangível	62.442	62.442	53.382
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	505.164	458.369	420.244
2.01	Passivo Circulante	32.275	20.794	14.868
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	201	637	1.115
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.364	2.129	52
2.01.05	Dividendos a Pagar	30.533	17.866	13.658
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	3
2.01.08	Outros	177	162	40
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	162	162	40
2.01.08.02	Outros	15	0	0
2.01.08.03	Mensalidades Recebidas Antecipadamente	0	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	14.848	16.500	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.848	16.500	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	14.848	16.500	0
2.02.01.06.01	Adiantamento de Convênio	14.700	16.500	0
2.02.01.06.02	Outros	148	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	458.041	421.075	405.376
2.05.01	Capital Social Realizado	295.237	295.237	295.237
2.05.02	Reservas de Capital	100.398	96.482	96.482
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	62.706	28.959	13.657
2.05.04.01	Legal	6.237	3.023	1.365
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	56.469	25.936	12.292
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(300)	397	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(300)	397	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuizos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	65.540	39.680	27.315
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.153)	(13.840)	(3.632)
3.06.03	Financeiras	12.031	21.018	7.976
3.06.03.01	Receitas Financeiras	12.045	21.076	9.174
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(14)	(58)	(1.198)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.805	1.506	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	(7.742)	(19.791)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	0	(7.742)	(2.321)
3.06.05.02	Resultado das Atividades não Continuadas	0	0	(17.470)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	60.857	38.738	42.762
3.07	Resultado Operacional	65.540	39.680	27.315
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	65.540	39.680	27.315
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.260)	(2.045)	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	64.280	37.635	27.315
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	78.585	78.585	235.755
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,81797	0,47891	0,11586
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.109	(10.666)	(13.077)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.890	6.182	(13.126)
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	64.280	37.635	27.315
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	0	0	0
4.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	0	0	0
4.01.01.04	Amortização de Ágio	0	7.742	2.321
4.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0	0
4.01.01.06	Opções Outorgadas	3.916	0	0
4.01.01.07	Provisão para Contingências	0	0	0
4.01.01.08	Juros sobre Empréstimos a Controladas	(1.449)	(457)	0
4.01.01.09	Equivalência Patrimonial	(60.857)	(38.738)	(42.762)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(781)	(16.848)	49
4.01.02.01	Aumento em Contas a Receber	0	0	0
4.01.02.02	Aumento em Outros Ativos	(667)	(6.236)	(1.161)
4.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	(436)	(478)	1.115
4.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	(765)	2.077	52
4.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	0	122	40
4.01.02.06	Aumento Mensalidades Rec Antecipadamente	0	0	0
4.01.02.07	Aumento (Redução) Prov. para Contingência	0	0	0
4.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	15	0	0
4.01.02.09	Aumento (Redução) Adto de Convênios	(1.800)	16.500	0
4.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não Circulante	(2.089)	0	3
4.01.02.11	Aumento (Redução) Contas a receber(P.R.)	4.955	(28.830)	0
4.01.02.12	Aumento (Redução) Contas a pagar(P.R.)	6	(3)	0
4.01.02.13	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	13.618	21.536	(252.114)
4.02.01	Aplicações Financeiras	59.997	80.955	(198.001)
4.02.02	Ágio na Aquis. de Particip. Acionárias	0	(16.802)	(55.703)
4.02.03	Imobilizado	(219)	0	0
4.02.04	Intangível - Outros	0	0	0
4.02.05	Diferido	0	0	0
4.02.06	Investimentos em Empresas Controladas	(3.219)	(56.711)	1.590
4.02.07	Adto p/ Futuro Aumento de Capital	(42.941)	14.094	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(17.866)	(13.658)	268.165
4.03.01	Aumento de Caixa	0	0	0
4.03.02	Dividendos Distribuidos	(17.866)	(13.658)	0
4.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
4.03.04	Aumento de Capital	0	0	268.165
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(697)	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	164	(2.788)	2.974

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -31/03/2007 a 31/12/2007
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	186	2.974	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	350	186	2.974

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	64.280	0	64.280
5.05	Destinações	0	0	0	33.747	(64.280)	0	(30.533)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(30.533)	0	(30.533)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	33.747	(33.747)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(697)	(697)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(697)	(697)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	3.916	0	0	0	0	3.916
5.09.01	Opções Outorgadas	0	3.916	0	0	0	0	3.916
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	100.398	0	62.706	0	(300)	458.041

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	96.482	0	13.657	0	0	405.376
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(4.467)	0	(4.467)
5.03	Saldo Ajustado	295.237	96.482	0	13.657	(4.467)	0	400.909
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	37.635	0	37.635
5.05	Destinações	0	0	0	15.302	(33.168)	0	(17.866)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(17.866)	0	(17.866)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	15.302	(15.302)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	397	397
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	397	397
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31/03/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	0	0	0	1
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	27.315	0	27.315
5.05	Destinações	0	0	0	13.657	(27.315)	0	(13.658)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(13.658)	0	(13.658)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	13.657	(13.657)	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas	0	0	0	13.657	(13.657)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.236	0	0	0	0	0	295.236
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	96.482	0	0	0	0	96.482
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	96.482	0	13.657	0	0	405.376

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	0	0	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	0	0	0
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.923)	(12.379)	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(5.923)	(12.379)	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	0	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	(5.923)	(12.379)	0
6.04	Retenções	0	0	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	0	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	(5.923)	(12.379)	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.707	53.579	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	60.857	38.738	0
6.06.02	Receitas Financeiras	12.045	21.076	0
6.06.03	Outros	1.805	(6.235)	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.784	41.200	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	68.784	41.200	0
6.08.01	Pessoal	2.486	896	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	2.482	896	0
6.08.01.02	Benefícios	4	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.004	2.611	0
6.08.02.01	Federais	2.004	2.611	0
6.08.02.02	Estaduais	0	0	0
6.08.02.03	Municipais	0	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14	58	0
6.08.03.01	Juros	14	58	0
6.08.03.02	Aluguéis	0	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	64.280	37.635	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	30.533	17.866	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	33.747	19.769	0
6.08.05	Outros	0	0	0
6.08.05.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	0
6.08.05.02	Ajustes pela Adoção da Lei 11.638	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	662.272	634.485	573.070
1.01	Ativo Circulante	350.483	332.920	349.142
1.01.01	Disponibilidades	201.033	202.207	229.218
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	51.303	38.130	22.853
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	149.730	164.077	206.365
1.01.02	Créditos	126.752	111.894	113.520
1.01.02.01	Clientes	114.435	100.371	89.487
1.01.02.02	Créditos Diversos	12.317	11.523	24.033
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	205	176	13.905
1.01.02.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	11.201	9.094	6.423
1.01.02.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	911	2.253	3.705
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	22.698	18.819	6.404
1.02	Ativo Não Circulante	311.789	301.565	223.928
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.185	3.731	1.229
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.01.01	Adto para Futuro Aumento de Capital	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.676	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.676	0	0
1.02.01.03	Outros	4.509	3.731	1.229
1.02.02	Ativo Permanente	304.604	297.834	222.699
1.02.02.01	Investimentos	228	233	233
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	228	233	233
1.02.02.01.06	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.07	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	186.721	190.738	160.393
1.02.02.03	Intangível	117.655	106.863	62.073
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	662.272	634.485	573.070
2.01	Passivo Circulante	163.143	157.921	142.371
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.721	6.735	175
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	17.624	24.396	17.212
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	15.994	18.290	13.312
2.01.05	Dividendos a Pagar	30.533	17.866	13.658
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	5.702
2.01.08	Outros	94.271	90.634	92.312
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	59.128	56.205	58.510
2.01.08.02	Mensalidades Recebidas Antecipadamente	30.258	29.147	30.967
2.01.08.03	Outros	4.885	5.282	2.835
2.02	Passivo Não Circulante	41.088	55.489	25.323
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	41.088	55.489	25.323
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	849	4.838	2
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	14.885	20.166	13.703
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	14.885	20.166	13.703
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	25.354	30.485	11.618
2.02.01.06.01	Parcelamento de Tributos	1.778	4.025	223
2.02.01.06.02	Adiantamento de Convênio	23.573	26.460	11.395
2.02.01.06.03	Outros	3	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	458.041	421.075	405.376
2.05.01	Capital Social Realizado	295.237	295.237	295.237
2.05.02	Reservas de Capital	100.398	96.482	96.482
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	62.706	28.959	13.657
2.05.04.01	Legal	6.237	3.023	1.365
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	56.469	25.936	12.292
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(300)	397	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(300)	397	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.459.707	1.432.266	949.584
3.01.01	Receitas de Mensalidades	1.443.488	1.409.451	935.716
3.01.02	Outras	16.219	22.815	13.868
3.02	Deduções da Receita Bruta	(450.897)	(452.300)	(314.082)
3.02.01	Gratuidades - Bolsas de Estudos	(381.921)	(361.067)	(253.800)
3.02.02	Devoluções de Mensalidades e Taxas	(2.805)	(3.240)	(2.165)
3.02.03	Descontos Concedidos	(23.059)	(45.459)	(29.953)
3.02.04	Impostos	(43.112)	(42.534)	(28.164)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.008.810	979.966	635.502
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(651.168)	(630.791)	(409.537)
3.05	Resultado Bruto	357.642	349.175	225.965
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(287.954)	(302.848)	(196.541)
3.06.01	Com Vendas	(73.853)	(83.802)	(40.786)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(236.667)	(241.466)	(157.359)
3.06.03	Financeiras	15.026	26.342	12.190
3.06.03.01	Receitas Financeiras	29.987	39.441	20.323
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(14.961)	(13.099)	(8.133)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	7.967	8.396	5.739
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(427)	(12.318)	(16.325)
3.06.05.01	Amortização de Ágio	0	(10.405)	(2.321)
3.06.05.02	Result. das Atividades não Continuadas	(427)	(1.913)	(14.004)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	69.688	46.327	29.424
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	69.688	46.327	29.424
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(5.408)	(8.692)	(2.109)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	64.280	37.635	27.315
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	78.585	78.585	235.755
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,81797	0,47891	0,11586
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	72.950	104.372	8.421
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	159.006	153.898	78.464
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	64.280	37.635	27.315
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	40.229	34.367	19.005
4.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	2.560	5.143	1.372
4.01.01.04	Amortização de Ágio	0	10.405	2.321
4.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	43.789	58.925	27.587
4.01.01.06	Opções Outorgadas	3.916	0	0
4.01.01.07	Provisão para Contingências	4.479	7.423	864
4.01.01.08	Juros sobre Empréstimos a Controladas	(247)	0	0
4.01.01.09	Equivalência Patrimonial	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(86.056)	(49.526)	(70.043)
4.01.02.01	Aumento em Contas a Receber	(57.853)	(69.809)	(41.635)
4.01.02.02	Aumento em Outros Ativos	(4.644)	(16.219)	(8.987)
4.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	(6.772)	7.184	2.205
4.01.02.04	Aumento (Redução) em Obríg. Tributárias	(1.280)	3.996	1.496
4.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	2.923	(2.305)	(22.663)
4.01.02.06	Aumento em Mens. Receb. Antecipadamente	1.111	(1.820)	2.058
4.01.02.07	Aumento (Redução) em Prov. p/ Conting.	(9.760)	(960)	(1.238)
4.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	(3.657)	1.530	6.417
4.01.02.09	Aumento (Redução) Adto de Convênios	(2.887)	15.065	(2.386)
4.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não Circulante	(787)	13.812	(5.309)
4.01.02.11	Resultado de Exercícios Futuros	0	0	0
4.01.02.12	Aumento (Redução) Contas a receber(P.R.)	(2.450)	0	(1)
4.01.02.13	Aumento (Redução) Contas a pagar(P.R.)	0	0	0
4.01.02.14	Resultado de Exercícios Futuros	0	0	0
4.01.02.15	Disponib. Inicial Empr. Incluídas Consol	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(35.211)	(75.547)	(249.797)
4.02.01	Aplicações Financeiras	14.347	42.288	(159.515)
4.02.02	Ágio na Aquis. de Particip. Acionárias	0	(48.210)	(55.703)
4.02.03	Imobilizado	(26.121)	(58.569)	(31.003)
4.02.04	Intangível - Outros	(23.437)	(6.986)	(3.570)
4.02.05	Diferido	0	0	0
4.02.06	Var. Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0
4.02.07	Investimentos em Empresas Controladas	0	(4.070)	0
4.02.08	Outros Investimentos	0	0	(6)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(23.869)	(13.548)	264.229
4.03.01	Aumento de Capital	0	0	268.165
4.03.02	Dividendos Distribuídos	(17.866)	(13.658)	0
4.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	(6.003)	(1.959)	(3.936)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -31/03/2007 a 31/12/2007
4.03.04	Aquisição de Empréstimo	0	2.069	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(697)	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	13.173	15.277	22.853
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.130	22.853	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.303	38.130	22.853

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	64.280	0	64.280
5.05	Destinações	0	0	0	33.747	(64.280)	0	(30.533)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(30.533)	0	(30.533)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	33.747	(33.747)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(697)	(697)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(697)	(697)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	3.916	0	0	0	0	3.916
5.09.01	Opções Outorgadas	0	3.916	0	0	0	0	3.916
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	100.398	0	62.706	0	(300)	458.041

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	96.482	0	13.657	0	0	405.376
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(4.467)	0	(4.467)
5.03	Saldo Ajustado	295.237	96.482	0	13.657	(4.467)	0	400.909
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	37.635	0	37.635
5.05	Destinações	0	0	0	15.302	(33.168)	0	(17.866)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(17.866)	0	(17.866)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	15.302	(15.302)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	397	397
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	397	397
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	96.482	0	28.959	0	397	421.075

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 31/03/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1	0	0	0	0	0	1
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1	0	0	0	0	0	1
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	27.315	0	27.315
5.05	Destinações	0	0	0	13.657	(27.315)	0	(13.658)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(13.658)	0	(13.658)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	13.657	(13.657)	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas	0	0	0	13.657	(13.657)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.236	0	0	0	0	0	295.236
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	96.482	0	0	0	0	96.482
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.237	96.482	0	13.657	0	0	405.376

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 31/03/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	1.008.134	963.575	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.008.134	963.575	0
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(178.340)	(191.127)	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(172.092)	(184.299)	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(299)	0	0
6.02.04	Outros	(5.949)	(6.828)	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	829.794	772.448	0
6.04	Retenções	(40.229)	(34.367)	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(40.229)	(34.367)	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	789.565	738.081	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.956	37.904	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	29.987	39.914	0
6.06.03	Outros	7.969	(2.010)	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	827.521	775.985	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	827.521	775.985	0
6.08.01	Pessoal	506.949	501.861	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	462.288	501.861	0
6.08.01.02	Benefícios	11.129	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	33.532	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.784	123.665	0
6.08.02.01	Federais	90.981	77.826	0
6.08.02.02	Estaduais	10	8	0
6.08.02.03	Municipais	47.793	45.831	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.508	112.824	0
6.08.03.01	Juros	14.961	112.824	0
6.08.03.02	Aluguéis	102.547	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	64.280	37.635	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	30.533	17.866	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	33.747	19.769	0
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	0	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0
6.08.05.01	Constituição de Reservas de Lucros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -31/03/2007 a 31/12/2007
6.08.05.02	Ajustes pela Adoção da Lei 11638	0	0	0

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Estácio Participações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Estácio Participações S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Estácio Participações S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estácio Participações S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Estácio Participações S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme divulgado na Nota 7, em 4 de junho de 2008, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços com empresa pertencente a acionistas no valor total de R\$14 milhões, pelo período de quatro anos, o qual será realizado nas condições descritas na referida nota explicativa as demonstrações financeiras. O contrato, dada a sua natureza, é único e exclusivo.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Rio de Janeiro, 15 de março de 2010

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O - 6 - F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães

Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - RJ 090.174/O-4

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Completas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil e Histórico

A Estácio Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 31 de março de 2007 e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle direto e indireto 20 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne duas Universidades, dois Centros Universitários e 27 faculdades, distribuídas em 16 Estados do país e no exterior.

A atividade fim das empresas controladas direta e indiretamente pela Companhia é a da prestação de serviços no segmento de ensino superior, compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação, nas modalidades presencial e à distância, bem como pós-graduação *strictu-sensu* e *latu-sensu*.

Cenário econômico e mercado de atuação

O ano de 2009 pode ser dividido em dois períodos distintos. Os primeiros meses do ano foram marcados pela instabilidade econômica ainda refletindo a crise mundial que abateu os mercados financeiros no exterior e com reflexos no Brasil, principalmente no acesso a crédito por parte das empresas e indicadores de confiança de empresários e consumidores. Esse quadro foi revertido a partir do início do segundo semestre com a retomada da atividade econômica no Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 4,3% no quarto trimestre de 2009 em comparação com igual período em 2008. No acumulado de 2009, o indicador caiu 0,2%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB em valores correntes alcançou R\$ 3,1 trilhões em 2009. O consumo das famílias subiu 4,1% no ano de 2009, resultado da continuidade da elevação da massa salarial real e do crédito às pessoas físicas.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, em sete anos, o contingente médio anual da população desocupada no Brasil caiu 28,2%, o que corresponde a menos 736 mil pessoas desempregadas. A taxa média anual de desocupação estimada para 2009 foi de 8,1%, ligeiramente superior ao de 2008 (7,9%), mas inferior às registradas em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007,

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

respectivamente: 12,4%, 11,5%, 9,9%, 10,0%, 9,3%. De 2003 a 2009, a população ocupada cresceu 14,9% de acordo com a pesquisa mensal de emprego do IBGE. Analisando-se a força de trabalho segundo os grupamentos de atividade, nota-se que os serviços prestados a empresas tiveram o maior crescimento: 30,6%, ou mais 761 mil trabalhadores, entre 2003 e 2009. Os grupamentos com os menores rendimentos tiveram os maiores aumentos percentuais nas médias anuais do rendimento médio, como o dos serviços domésticos (26,8%) e da construção (17,3%). De 2003 a 2009, a média anual do rendimento real dos trabalhadores cresceu 14,3%, e a dos empregados com carteira assinada cresceu 7,3%.

Sendo o setor de ensino superior privado no Brasil composto, em sua maioria, por adultos inseridos no mercado de trabalho, a Companhia acredita que os números de crescimento da economia e do nível de emprego brasileiros tenham direta influência na demanda pelos serviços de educação e os números apresentados em 2009 são a base para o incremento dos negócios da Estácio nos próximos anos.

Mensagem da Administração

O ano de 2009 trouxe muitas conquistas para a Estácio, de curto e de longo prazo. O EBITDA recorrente cresceu 21% e a margem avançou em 1,8 pontos percentuais. A Companhia manteve um balanço forte, com um caixa líquido de R\$195,5 milhões. Importantes projetos de reestruturação organizacional e de reformulação do modelo acadêmico foram concluídos, os quais trarão crescimento futuro sustentado pela qualidade dos serviços e produtividade das operações.

No curto prazo, a Estácio aumentou sua rentabilidade num cenário econômico desafiador, se atendo ao compromisso de que qualidade vem antes de quantidade no que se refere a desempenho financeiro. Aumentar o nível de descontos e bolsas e facilitar as renovações de mensalidades em atraso são o caminho rápido e fácil para o crescimento. A Companhia não adotou tal estratégia; ao invés disso, manteve o percentual de bolsas e descontos e preservou seu ticket médio, conquistando assim um crescimento de 2,9% da receita líquida no ano, mesmo com a redução de 6,9% da sua base total de alunos. Além disso, uma política firme de renegociação de mensalidades em atraso foi mantida em 2009 e, dessa forma, a provisão para devedores duvidosos foi controlada (4,3% sobre a receita líquida) e o capital de giro preservado (41 dias de recebimento). A Estácio tomou decisões baseado naquilo que se mostrou certo com visão de médio e longo prazos, e não naquilo que parecia conveniente para o curto prazo.

Para o longo prazo, foram plantadas sementes importantes, que já começaram a brotar. No segmento de ensino a distância (EAD) lançado em junho de 2009, a Estácio conquistou 7.500 alunos nos primeiros seis meses de operação, resultado da ótima qualidade dos cursos oferecidos, infra-estrutura e atendimento aos alunos. O segmento de EAD representa uma avenida de forte crescimento orgânico para os próximos anos.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2009, foi construído o novo modelo acadêmico da Estácio, que lança as bases para o crescimento orgânico da Companhia a partir de um produto de qualidade diferenciada para seus alunos com competitividade de custos e maior rentabilidade. Os currículos dos 41 principais cursos foram integrados nacionalmente e atualizados de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Neste processo, a Companhia pretende aumentar sua eficiência por meio da formulação de disciplinas compartilhadas, oferta de conteúdos on-line em cursos presenciais e introdução de atividades de auto-aprendizagem. Uma plataforma digital foi estruturada, o Portal do Aluno, por meio da qual será possível acompanhar toda a programação do curso, realizar exercícios e trabalhos pela internet e acessar milhares de livros na Biblioteca Virtual. E como mais um grande diferencial de qualidade para nossos alunos, a Estácio passa a oferecer para os alunos matriculados a partir de 2010 o material didático completo incluso na mensalidade e entregue em suas casas, desenvolvido em parceria com as maiores editoras atuantes no Brasil e composto por capítulos dos livros mais consagrados em cada área de conhecimento. Esses novos cursos, com seus serviços atrelados, já foram lançados para os novos alunos dos estados brasileiros fora do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2010, e estarão sendo oferecidos nacionalmente a partir do segundo semestre deste ano.

Quanto à estrutura organizacional, finalizamos o processo de racionalização ao longo do ano, redefinindo os papéis das lideranças gerenciais e construindo um modelo de gestão orientado por resultados, com o principal objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados, a satisfação dos alunos e a rentabilidade da operação. A Estácio conta hoje com um time melhor e mais enxuto para conduzir a Companhia para o futuro. A Central de Serviços Compartilhados foi implantada com sucesso, contribuindo de forma decisiva para o ganho de produtividade e de qualidade em todos os serviços de apoio e *back-office*.

Com esses pilares bem firmados, a Estácio tem uma plataforma de serviços e de controle operacional robusta para conquistar crescimento orgânico e, a partir de 2010, buscar aquisições que apresentem complementaridade atrativa à sua base instalada. Agora, mais do que nunca, a Companhia está preparada e caminha nessa direção.

A Companhia agradece a todos os seus colaboradores, docentes e administrativos, pelo trabalho duro, dedicação e paixão em construir uma Estácio cada vez melhor.

Desempenho Econômico-Financeiro

Ao final de 2009, a base de alunos totalizou 203,3 mil, uma redução de 6,9% em relação a 2008, em razão principalmente da redução na base de alunos de graduação presencial (-9,6%), devido à estratégia de priorizar qualidade ao invés de quantidade. Num período sem adições por meio de aquisições, a rentabilidade e a qualidade da base de alunos foram o foco da Companhia, o que pode ser observado por:

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Preservação do ticket médio líquido e manutenção do percentual de bolsas e descontos em relação à receita bruta; e
- Política rígida de renegociação de mensalidades em atraso, visando à redução da inadimplência (PDD de 4,3% em relação à receita líquida) e preservação do capital de giro (41 dias de recebimento).

É importante reforçar que diante do cenário econômico desafiador, a Estácio optou por adotar a estratégia de não oferecer indiscriminadamente descontos, bolsas e renovações de matrículas em atraso em prol de crescimento não sustentável.

O crescimento em quantidade ocorreu por meio dos cursos de ensino à distância, que em dezembro de 2009, ao final de apenas seis meses de operação, atingiu a marca de 7.500 alunos matriculados. Tal resultado superou a meta inicial da Companhia e apresenta fortes perspectivas para os próximos anos.

A receita operacional bruta totalizou R\$1.459,7 milhões em 2009, um aumento de 1,9% devido principalmente a reajustes de preços ocorridos ao longo do ano e ampliação dos cursos de nicho com mensalidades mais altas, que compensaram a redução na base de alunos.

Em 2009, as deduções da receita bruta representaram 30,9% da receita bruta, contra 31,6% no ano anterior, devido à redução do nível de descontos por antecipação de mensalidades de acordo com a estratégia adotada pela Companhia de priorizar a qualidade da base ao invés de quantidade.

O ticket médio apresentou um aumento de 3,8% no ano de 2009 em relação ao ano anterior, principalmente em função do aumento de 3,0% na receita operacional líquida do período.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$630,8 milhões em 2009, representando 64,6% da receita líquida, praticamente estável em relação aos 64,3% em 2008. A variação de R\$20,4 milhões em relação ao ano anterior foi em função das seguintes variações:

- Aumento de R\$7,7 milhões em INSS do custo docente, referente à aplicação da alíquota escalonada;
- Aumento de R\$4,8 milhões em aluguéis, condomínios e IPTU, devido aos aluguéis das empresas adquiridas em 2008 e aos reajustes inflacionários ocorridos no período;
- Aumento de R\$3,2 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$1,0 milhão referentes a custos com material didático do ensino à distância, e o restante relacionado a rescisões contratuais na linha de serviços de limpeza e segurança.

No ano, foram registrados R\$8,1 milhões em custos não recorrentes, relacionados a rescisões contratuais de pessoal.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em relação à receita líquida, os custos com pessoal e encargos (excluindo INSS do corpo docente), item mais representativo dos custos dos serviços prestados, apresentaram uma redução de 0,7 pontos percentuais em 2009, mesmo após reajustes inflacionários, o que evidenciou os resultados da melhor gestão do custo docente praticada ao longo do ano.

As despesas comerciais totalizaram R\$73,9 milhões em 2009, uma redução de 11,9% em relação ao ano anterior, principalmente em função da redução na provisão para devedores duvidosos (PDD). Após os custos extraordinários incorridos no último trimestre de 2008, devido à implantação da política mais rígida de contabilização de inadimplência e a partir do controle da mesma por meio de práticas comerciais mais restritivas quanto à renovação de mensalidades em atraso, foi possível notar os benefícios ao longo de 2009, quando a PDD foi reduzida para 4,3% da receita líquida. É importante notar que a Companhia provisiona como crédito de liquidação duvidosa em seu resultado todo o saldo de mensalidades vencidas a mais de 180 dias e o saldo de contas a receber de alunos com renegociações passadas não performadas. Dessa forma, o prazo médio de recebimento ficou consistentemente em torno de 41 dias ao longo de todo o ano. Tal desempenho foi mais do que suficiente para compensar os maiores esforços em comunicação e marketing durante o ano, e assim, ganhar 1,2 pontos percentuais de margem sobre a receita.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$236,7 milhões em 2009, uma redução de 2,0%, principalmente em razão da redução de R\$22,4 milhões em serviços de terceiros, dos quais R\$5,4 milhões referem-se a despesas não recorrentes, referentes à contratação de consultorias, que deram suporte ao processo de reestruturação organizacional e à implantação da Central de Serviços Compartilhados (CSC) e da Central de Ensino. Os outros R\$16,9 milhões têm sua origem na melhor gestão de contratos com fornecedores, principalmente consultorias, serviços advocatícios e outros. A redução em serviços de terceiros compensou o aumento de R\$10,6 milhões em pessoal e encargos (excluindo INSS) no ano de 2009. Dessa forma, a melhora de margem sobre a receita em tais itens contribuiu decisivamente para o resultado da Companhia.

Ao final de 2009, o caixa totalizava R\$195,5 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. A redução de R\$33,5 milhões refere-se ao pagamento de férias coletivas e 13º salário realizado no final de 2009.

O endividamento de R\$5,6 milhões em 2009 corresponde à capitalização das despesas de leasing com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Investimentos

Em 2009, os investimentos orgânicos da Estácio representaram 4,9% da receita líquida, contra 6,2% em 2008. Do total de investimentos de R\$49,1 milhões no ano de 2009, 47,0% foi destinado

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a projetos de reestruturação e expansão, inclusive o relativo ao novo modelo de ensino, e o restante está relacionado à manutenção das operações.

Responsabilidade social

O compromisso da Estácio de formar cidadãos conscientes e profissionais qualificados, presente nas diretrizes educacionais da instituição, busca aprimorar as competências dos alunos para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, complementar a formação acadêmica desses futuros profissionais com atividades práticas que reforcem neles a responsabilidade social e a consciência ambiental.

No campo acadêmico, os conteúdos dos cursos e atividades de pesquisa da Estácio estão voltados para a formação de profissionais qualificados e altamente conscientes.

Por meio de inúmeras ações desenvolvidas por seus alunos, professores e colaboradores, a Estácio busca, também, contribuir para o desenvolvimento educacional, econômico e social das comunidades onde atua, preservando a memória, o patrimônio cultural, estimulando a produção artística e atuando na defesa do meio ambiente.

A instituição e seus alunos e professores promovem diversas ações comunitárias, que, em 2009, totalizaram mais de 500 mil atendimentos nas áreas jurídica, contábil, tributária, ambiental, cultural, educacional e de saúde.

A Estácio, buscando ampliar cada vez mais o acesso ao ensino superior, aderiu ao Financiamento Estudantil (FIES), bem como ao Prouni. No ano de 2009, existiam na instituição 6.500 alunos utilizando o benefício do FIES e 16 mil com bolsas PROUNI.

Preocupada com a inserção de seus alunos no mercado de trabalho, a companhia investe também em seu Programa de Estágios e Empregos. Em parceria com 9.669 empresas apenas no Estado do Rio de Janeiro, em 2009 foram oferecidas 54.229 vagas para estágio e quase 20 mil foram preenchidas por alunos da Universidade Estácio de Sá. Se considerados também os estágios iniciados em 2008, ao final de 2009 perto de 27mil alunos da Estácio estavam participando de algum tipo de estágio. Em 2010, o Programa será implantado em todas as unidades da companhia no Brasil.

Em sua gestão, a Estácio se preocupa em construir uma relação ética e transparente com os diversos públicos com os quais se relaciona e aliar prosperidade econômica a progresso social e responsabilidade ambiental.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

De forma a estruturar a sua agenda da sustentabilidade corporativa, a Estácio iniciou em 2009 uma parceria com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), instituição com enorme experiência neste campo. O trabalho consistiu em um diagnóstico do relacionamento da instituição com os seus diversos públicos, a comparação com as melhores práticas de sustentabilidade e na elaboração de um plano de ação para o aprimoramento da gestão para a sustentabilidade.

Assim, a Estácio reafirma sua crença na educação como forma de construir um mundo sustentável e no conhecimento em prol do bem estar coletivo.

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de mercado e visando uma relação de maior transparência e confiança com os investidores, a Companhia em Julho de 2008 aderiu ao Novo Mercado. Neste sentido, a Companhia está vinculada à arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme estipulado em seu Estatuto Social. A Companhia possui um Conselho Fiscal formado por três membros independentes, sendo um deles apontado pelos acionistas minoritários. Outros pontos que comprovam os elevados padrões de governança da Companhia são a existência, em suporte à atuação do Conselho de Administração, de Comitês de Auditoria e de Administração do Plano de Opções de Compra de Ações ("Stock Option Plan") e de Remuneração.

Gente e Gestão

A Estácio encerrou o ano de 2009 com 11.706 colaboradores, dos quais 4.057 em áreas administrativas e de apoio ao ensino e 7.649 docentes. Em relação a 2008, em função principalmente da reestruturação de processos internos e centralização de atividades administrativas, houve uma redução de 1.187 colaboradores. No ano, a Estácio pagou o equivalente a R\$ 571 milhões em folha de pagamento e encargos sociais, bem como investiu fortemente na capacitação de seus professores com a continuidade do PIQ (Programa de Qualificação de Docentes) com aproximadamente 5 mil participações e treinamentos administrativos com mais de 9 mil participações. Merecem também destaque a implementação das primeiras turmas de Trainees, o programa de pós-graduação para formação de futuros gestores da instituição de ensino e o primeiro Fórum Anual de Docentes.

Em 2009, ocorreu também a consolidação do modelo de gestão em todas as unidades e áreas administrativas, com o treinamento de todas as lideranças no método e o desdobramento de metas e plano de ação para aproximadamente 200 colaboradores.

Mercado de Capitais

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao final de 2009, o capital social da Estácio era composto por 78,6 milhões de ações ordinárias. As ações da Companhia estão listadas desde 2007 na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), sob o símbolo ESTC3. Em 31 de dezembro de 2009, cerca de 27% das ações da Companhia estavam em circulação no mercado. As ações da Estácio encerraram o ano de 2009 cotadas a R\$24,80 por ação, registrando um aumento de 98,4% em comparação ao preço de R\$12,50 por ação ao final de 2008.

Dividendos

A proposta para a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral, apresenta o pagamento de 50% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$30,5 milhões.

Auditoria Independente

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 os auditores independentes que prestam serviços para a Estácio Participações S.A., Ernst Young Auditores Independentes S.S., não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais do que 5% dos honorários contratados anualmente.

Agradecimentos

As conquistas da Estácio em 2009 só foram possíveis graças ao apoio e confiança recebidos de seus acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras; e acima de tudo, à dedicação e empenho de seus professores e colaboradores.

A todos, muito obrigado.

A Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. ("Companhia") declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31.12.2009.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rio de Janeiro, 17 de março de 2010.

Antonio H. Viegas, Eduardo Alcalay, João L. Barroso, Miguel F. P. de Paula, Paula Caleffi, Rogério F. Melzi, Virgílio D.C.Gibbon

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior.

Em 29 de fevereiro de 2008, a Companhia, através da sua controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (“IREP”), adquiriu a totalidade das quotas do capital social (i) da Sociedade Interlagos de Educação e Cultura S/S Ltda. (“Fintec”) pelo valor total de R\$ 6.295; (ii) da Sociedade Abaeté de Educação e Cultura Ltda., sociedade controladora do Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia Ltda. (“Europan”), pelo valor total de R\$ 8.352; e (iii) da Faculdade Brasília de São Paulo Ltda. (“Faculdade de Brasília”), pelo valor total de R\$ 2.235, tendo ocorrido, naquela data, a liquidação financeira dessas aquisições, sendo parte através de assunção de dívidas, as quais totalizaram R\$ 3.818.

Em 3 de junho de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social da União Cultural e Educacional Magister Ltda. (“Unicem”), pelo valor total de R\$ 4.244.

Em 14 de agosto de 2008, a Companhia adquiriu do acionista controlador a totalidade das ações do capital da Sociedad de Enseñanza. Superior S.A. (“SESSA”), pelo valor total de R\$ 2.337, que representava o patrimônio da SESSA em 30 de junho de 2008.

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia adquiriu do acionista controlador a participação societária das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: (i) Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda. (“SESSE”); (ii) Sociedade de Ensino Superior de Alagoas Ltda. (“SESAL”); (iii) União Nacional de Educação e Cultura Ltda. (“UNEC”); e (iv) Sociedade de Ensino Superior do Amapá Ltda. (“SESAP”), através da subscrição pelo aumento de capital nestas sociedades, no montante de R\$ 15.466. Após referidas operações a Companhia passou a deter participação de 99,99% do capital destas sociedades.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essas aquisições foram efetivadas em cumprimento aos termos e condições previstos em Memorando de Entendimentos firmado entre a Companhia e seus acionistas controladores, em 7 de abril de 2007, conforme divulgado por ocasião da Oferta Pública de Distribuição de Ações da Companhia.

Em 7 de novembro de 2008 a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social das sociedades Maria Montessori de Educação e Cultura Ltda. ("Montessori"), Cultura e Educação de Cotia Ltda. ("Cotia") e Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C Ltda. ("Unissori"), cujas sedes e *campi* estão localizados nas cidades de São Paulo, Cotia e Ibiúna, respectivamente. O valor total do investimento foi de R\$ 10.299, sendo que deste valor foram descontadas dívidas no montante global de aproximadamente R\$ 2.300.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 15 de março de 2010.

Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 40 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os pronunciamentos que poderão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC 21 - Demonstração Intermediária
CPC 22 - Informação por Segmento

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24 - Evento Subsequente
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 - Ativo Imobilizado
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas
CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
OCPC 03 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação
ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos que irão vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. A Companhia irá mensurar os efeitos que serão eventualmente produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação com as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, caso esses novos pronunciamentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

(b) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

(e) Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e são eliminados no processo de consolidação.

Para a controlada localizada no exterior (SESSA), a Administração concluiu que por possuir independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos períodos. O resultado do período, na proporção da participação de investimento da Companhia, foi registrado como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimento decorrente de variação cambial são registradas em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras dessa controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados em Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8. Os gastos com reparos e manutenção que representam melhoria ou aumento de vida útil, são capitalizados, enquanto os demais são registrados no resultado do exercício.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia e suas controladas estão analisando os impactos da revisão do prazo de vida útil econômica dos bens corpóreos e incorpóreos. A referida revisão será concluída durante o exercício social de 2010 e eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010, conforme dispensa prevista no parágrafo 7 do ICPC 10.

(g) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de: (i) ágio registrado na aquisição de participação acionária que tem fundamento econômica a rentabilidade futura, foi amortizado no prazo e na extensão das projeções de resultados que o determinaram até 31 de dezembro de 2008 e (ii) softwares e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos; e (iii) ativos intangíveis adquiridos separadamente, que são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

De acordo com a Deliberação da CVM 553/08, a partir de 1 de janeiro de 2009 o ágio registrado na aquisição de participação acionária deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido à avaliação do valor recuperável, de acordo com o CPC 01.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e/ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para deterioração.

(i) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Provisão para contingências

Constituída com base na estimativa da Administração da Companhia, em montantes considerados suficientes para cobrir prováveis perdas em processos judiciais, suportada por opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos.

(k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração quanto ao risco envolvido.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(l) Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a SESES:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano).

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

(m) Pagamento baseado em ações

A Companhia outorgou aos administradores e empregados eleitos como participantes do programa, as opções de compras de ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são calculadas durante os seus

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas em que os programas de remuneração são concedidos, e são registradas no resultado operacional, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas”, no grupo de despesas gerais e administrativas, de acordo com os períodos de liberação para exercício das opções definidos nos programas e descritos na Nota 22 (b).

(n) Uso de estimativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

(o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM °547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Companhia e suas controladas e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- Atividades de financiamento: São as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n.º 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pro nunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

(p) Lucro líquido por lote de mil ações em circulação

O lucro líquido por lote de mil ações em circulação está calculado com base no número de ações em circulação nas datas das demonstrações financeiras.

4 Princípios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	2009		2008	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Pará LTDA ("SESPA")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Ceará LTDA ("SESCE")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco LTDA ("SESPE")	100%		100%	
Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA ("STB")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	100%		100%	
Faculdade Radial de Curitiba Sociedade LTDA ("RADIAL")				
Sociedade Interlagos de Educação e Cultura LTDA ("FINTEC")		100%		100%
Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia LTDA (EUROPAN")		100%		100%
Faculdade Brasília de São Paulo LTDA ("Brasília")		100%		100%
União Cultural e Educacional Magister LTDA ("UNICEM")		100%		100%
Sociedad de Enseñanza Superior SA ("SESSA")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Sergipe LTDA ("SESSE")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Alagoas LTDA ("SESAL")	100%		100%	
Unidade Nacional de Educação e Cultura LTDA ("UNEC")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Amapá LTDA ("SESAP")	100%		100%	
Maria Montessori Educação e Cultura LTDA ("Montessori")		100%		100%
Cultrua e Educação de Cotia LTDA ("Cotia")		100%		100%
Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C ("Unissori")		100%		100%

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. As operações das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas quando da sua aquisição, sendo assim, as controladas Fintec, European, Faculdade de Brasília e Unicem foram consolidadas a partir de março de 2008 e as controladas SESSA, SESSE, SESAL, UNEC, SESAP, Montessori, Cotia e Unissori a partir de outubro de 2008 (3 meses).

Os principais procedimentos de consolidação são:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	350	186	32.360	35.686
Aplicações financeiras			18.943	2.444
	350	186	51.303	38.130
Títulos Públicos Federais (LFT)	6	44.747	15	62.731
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	12.284	49.452	32.240	69.320
Debêntures de Instituições Financeiras	31.577	22.847	82.877	32.026
Depósitos a prazo com Garantia Especial	13.182		34.598	
	57.049	117.046	149.730	164.077
Total	57.399	117.232	201.033	202.207

O fundo de investimento exclusivo e outras aplicações financeiras oferecem liquidez diária e são compostos de certificados de depósitos bancários (22%), debêntures de instituições financeiras (55%) e depósitos a prazo com garantia especial (23%). O fundo é administrado por terceiros que seguem as políticas de investimentos determinadas pela Companhia. As taxas de remuneração variam entre 100% e 114% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2009, a taxa do CDI era de 8,55% a.a.

Com base nas demonstrações financeiras do fundo exclusivo, elaboradas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os investimentos são classificados como cotas de fundo lastreadas por títulos para negociação, avaliados a valor de mercado, cujos rendimentos são refletidos nas receitas financeiras.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2009	2008
Mensalidades de alunos	180.012	199.914
Cheques a receber	16.256	13.002
Créditos a identificar	(3.051)	(9.424)
Provisão para devedores duvidosos	(78.782)	(103.121)
	<u>114.435</u>	<u>100.371</u>

Durante o exercício de 2009 a Companhia baixou mensalidades de ensino médio pendentes de recebimento no montante de R\$ 1.346 e efetuou a baixa de mensalidades em aberto relativas ao período 1º de janeiro de 2007 a 30 de setembro de 2008 no montante de R\$ 69.185, ambas contra provisão para devedores duvidosos. Adicionalmente, os depósitos não identificados correspondentes ao período acima mencionado também foram baixados para contra despesa de provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 3.056.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2009	%	2008	%
A vencer	25.040	13%	19.000	9%
Vencidas até 30 dias	29.094	15%	30.231	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	18.720	10%	22.076	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	17.492	9%	20.368	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	33.641	17%	37.486	18%
Vencidas a mais de 180 dias	72.282	36%	83.755	39%
	<u>196.269</u>	<u>100%</u>	<u>212.916</u>	<u>96%</u>

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 30.258 e R\$ 29.147 em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada foi como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2008</u>	<u>Complemento da provisão</u>	<u>Baixa</u>	<u>2009</u>
Mensalidades de Graduação	49.873	32.634	45.229	37.278
Mensalidades de Politécnico	16.211	12.947	17.204	11.954
Mensalidades de Especialização	6.559	3.852	6.211	4.201
Mensalidades de Mestrado	251	88	172	166
Mensalidades de Extensão	319	321	370	270
Provisão sobre dívidas renegociadas	21.350	(732)		20.618
Provisão sobre outras dívidas	8.558	(2.917)	1.346	4.295
	<u>103.121</u>	<u>46.193</u>	<u>70.532</u>	<u>78.782</u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	2009	2008	2009	2008	
ATIVO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	23.962	27.154			110% CDI
IREP		1.206		93	110% CDI
SESSE		392			110% CDI
UNEC	373	50			110% CDI
SESAP	232	201			110% CDI
BRASÍLIA	472	50			110% CDI
INTERLAGOS	312	151			110% CDI
MAGISTER	137				110% CDI
	<u>25.488</u>	<u>29.204</u>	<u>-</u>	<u>93</u>	
Pessoas ligadas (ii)	90	83	205	83	
	<u>25.578</u>	<u>29.287</u>	<u>205</u>	<u>176</u>	
Despesas antecipadas (i)					
Curto prazo	700	700	700	700	
	<u>700</u>	<u>700</u>	<u>700</u>	<u>700</u>	
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades Ligadas					
ESCUELA (iii)	2.668		2.668		CDI + 7,7% a.a.
	<u>2.668</u>	<u>-</u>	<u>2.668</u>	<u>-</u>	
Despesas antecipadas (i)					
Longo prazo	992	1.692	992	1.692	
	<u>992</u>	<u>1.692</u>	<u>992</u>	<u>1.692</u>	
AFAC					
IREP	7.390				
AMAPÁ	290				
UNEC	543				
SESES	34.718				
	<u>42.941</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
PASSIVO CIRCULANTE					
Sociedades controladas					
SESES	5		2		
IREP	1				
	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	
RESULTADO					
Receitas financeiras					
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	1.449	329	247	1.636	
Despesas gerais e administrativas					
Aluguéis				(52)	
Serviço de consultoria (i)	(3.560)	(1.631)	(3.560)	(1.631)	
Serviços diversos				(1.579)	
	<u>(2.111)</u>	<u>(1.302)</u>	<u>(3.313)</u>	<u>(3.262)</u>	

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% (1,74% em 31 de dezembro de 2008) das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços mensais que serão prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP, UNEC, SESSA, as quais o controle societário foi transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas (“AESAS”), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado, em 7 de abril de 2007, com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria.

- (ii) Em 22 de dezembro de 2008 e 5 de abril de 2009 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor de R\$ 83, com vencimento em 22 de junho de 2010, e no valor de R\$ 115 com vencimento para 5 de abril de 2010, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2009 estes valores corrigidos totalizam R\$ 205.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideu, Uruguai, pertencente ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 2.688, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Investimentos em controladas

(a) Movimentação dos investimentos

	2008	Ajuste de avaliação patrimonial	Opções outorgadas	Equivalência patrimonial	AFAC	Provisão para passivo a descoberto	2009
Investimento							
SESES	107.834		3.916	23.194	34.718		134.944
SESPA	8.725			6.556			15.281
SESCE	34.174			24.906			59.080
SESPE	13.154			9.236			22.390
STB	27.965			17.131			45.096
IREP	39.454			17.016	7.390		56.470
RADIAL	1.841			1.191			3.032
SESSA	3.476	(697)		408			3.187
SESAL	3.124			3.612			6.736
SESSE	781			450			1.231
UNEC	678			(820)	543	142	543
SESAP	805			85	290		1.180
Total	242.011	(697)	3.916	102.965	42.941	142	349.170

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Informações sobre as sociedades controladas

	SESES	SESPA	SESCE	SESPE	STB	IREP	RADIAL	SESSA	SESA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas				3.727.000	3.371.000				
Capital social integralizado	12.113	964.000	6.897.000	3.727	3.371	47.055.656	1.958.134	10.607	6.897
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	16.029	964	6.897			47.056	1.963	3.035	6.897
31 de dezembro de 2009	100.226	15.281	59.080	22.390	45.096	49.080	3.032	3.187	6.897
31 de dezembro de 2008	107.834	.725	4.174	13.154	27.965	39.454	1.841	3.476	3.727
Saldo reserva - PROUNI									
31 de dezembro de 2009	8.825	1.305	10.212	3.401	5.873		543		9.236
31 de dezembro de 2008	8.825	1.305	10.212	3.401	5.872	112	543	-	9.236
Lucro (prejuízo) líquido do exercício									
31 de dezembro de 2009				9.236	17.131				3.727
31 de dezembro de 2008	(11.524)	6.556	24.906	4.790	6.233	9.626	1.191	408	3.727
Adiantamento para futuro aumento de capital	(741)	2.259	14.171			(3.387)	340	(140)	(2.259)
31 de dezembro de 2009									
31 de dezembro de 2008	34.718					7.390			
Investimento total:									
31 de dezembro de 2009	134.944	15.281	59.080	22.390	45.096	56.470	3.032	3.187	6.897
31 de dezembro de 2008	107.834	8.725	34.174	13.154	27.965	39.454	1.841	3.476	3.727
Investimento total:									
31 de dezembro de 2009	349.170								
31 de dezembro de 2008	242.011								

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado do exercício das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº. 11.638, no valor de R\$ 23.825 (R\$ 16.478 em 31 de dezembro de 2008).

As informações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram as relativas à data-base 31 de dezembro de 2009.

A descrição e os negócios das controladas podem ser assim resumidos:

(i) SESES

Com sede no município do Rio de Janeiro, foi, até 9 de fevereiro de 2007, uma sociedade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que tinha por finalidade a manutenção de estabelecimento de ensino de qualquer grau, de conformidade com as leis do País, bem como promover iniciativas filantrópicas e gratuitas de assistência à comunidade, nas áreas de saúde, dos serviços jurídicos, médicos e sociais, da recreação e esportes e do amparo caritativo dos inválidos. A partir de 10 de fevereiro de 2007, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária.

Atualmente a SESES possui 48 unidades em sete estados brasileiros e é composta por uma Universidade – Universidade Estácio de Sá – e oito faculdades. A Universidade Estácio de Sá conta com 39 unidades espalhadas no Rio de Janeiro. As faculdades mantidas pela SESES são: Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul; Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte e Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais; Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos, no Estado de São Paulo; Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, no Estado de Santa Catarina; Faculdade Estácio de Sá de Vitória e Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo; e Faculdade Estácio de Sá de Goiás, no Estado de Goiás.

(ii) SESPA

Com sede no Município de Belém, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESPA é a mantenedora da Faculdade do Pará - FAP.

(iii) SESCE

Com sede no município de Fortaleza, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESCE é a mantenedora da Faculdade Integrada do Ceará - FIC, localizada em Fortaleza e que possui 2 unidades, e da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte - FMJ, localizada em Juazeiro do Norte.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iv) SESPE

Com sede no município de Recife, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESPE é a mantenedora da Faculdade Integrada do Recife - FIR.

(v) STB

Com sede no município de Salvador, foi, até 30 de setembro de 2005, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A STB é a mantenedora do Centro Universitário da Bahia - UNIFIB, que possui 2 unidades.

(vi) IREP

Com sede no município de São Paulo, é uma sociedade empresária, que possui 8 unidades, sendo 6 em São Paulo, 1 no ABC Paulista e 1 em Curitiba.

(vii) CURITIBA

Com sede no município de Curitiba, é uma sociedade empresária que tem por objeto social administrar instituições que ministrem ensino superior, ensino presencial e a distância, cursos seqüenciais e de graduação, de extensão, de pós-graduação lato e *stricto sensu*, de mestrado, de doutorado, técnico e tecnólogo, que prestem serviços de consultoria, que realizem pesquisas e promovam treinamento.

(viii) SESSA

Com sede na cidade de Assunção, no Paraguai, mantenedora da Universidade de La Integración de Americas - UNIDA, é uma instituição de ensino que oferece cursos de graduação nas áreas de administração, marketing, direito, educação, informática, educação física, medicina e enfermagem, entre outros.

(ix) SESSE

Com sede no município de Sergipe, foi até fevereiro de 2007, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESSE é mantenedora da Faculdade de Sergipe - FASE.

(x) SESAL

Com sede no município de Maceió, Estado de Alagoas, é uma sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada, que foi constituída em 14 de outubro de 1997. Suas operações acadêmicas tiveram início em abril de 1999. A SESAL é mantenedora da Faculdade de Alagoas - FAL.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(xi) **UNEC**

Com sede no município de Natal, foi até fevereiro de 2007, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A UNEC é mantenedora da Faculdade Câmara Cascudo - FCC.

(xii) **SESAF**

Com sede no município do Amapá, foi até fevereiro de 2007, uma sociedade civil, sem fins lucrativos. A partir daquela data, a forma jurídica da Sociedade foi alterada para uma sociedade empresária. A SESAF é mantenedora da Faculdade do Amapá - FAMAP.

9 Imobilizado

	Consolidado				Taxas de depreciação/amortização % ao ano
	2009		2008		
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	22.984		22.984	21.483	
Edificações	87.323	(35.407)	51.916	54.129	4%
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	66.568	(48.990)	17.578	16.101	(i)
Móveis e utensílios	36.881	(20.027)	16.854	17.945	10%
Computadores e periféricos	52.043	(34.422)	17.621	21.789	20%
Máquinas e equipamentos	23.935	(12.538)	11.397	11.851	10%
Equipamentos de Atividades Físicas/Hospitalares	14.643	(9.036)	5.607	6.762	20%
Biblioteca	52.421	(25.799)	26.622	25.508	10%
Instalações	6.885	(2.680)	4.205	3.763	10%
Outros	5.995	(2.510)	3.485	4.672	10%
Construções em andamento	8.452		8.452	6.735	
	<u>378.130</u>	<u>(191.409)</u>	<u>186.721</u>	<u>190.738</u>	

- (i) A amortização em benfeitorias em imóveis de terceiros está sendo efetuada pelo respectivo prazo de vigência contratual dos aluguéis, a não ser que estas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal prazo.

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

10 Intangível

	Controladora				Consolidado				
	2008	Adições	Amortização	2009	2008	Adições	Amortização	Variação cambial	2009
Ágio									
IREP	40.875			40.875	40.875				40.875
CURITIBA	5.544			5.544	5.544				5.544
FINTEC					5.631				5.631
EUROPAN/ABAETÉ					7.138				7.138
FACULDADE DE BRASÍLIA					2.342				2.342
UNICEM					3.255				3.255
SESSA					2.097			(427)	1.670
SESSE	7.306			7.306	7.306				7.306
SESAL	3.544			3.544	3.544				3.544
UNEC	4.070			4.070	4.070				4.070
SESAP	1.103			1.103	1.103				1.103
MONTESSORI					3.140				3.140
COTIA					3.927				3.927
UNISSORI					1.214				1.214
	62.442			62.442	91.186			(427)	90.759
Softwares e licenças de uso					6.574	2.770	(3.300)		6.044
Projeto Ensino a Distância e Integração					9.103	2.265	(1.739)		9.629
Projeto CSC e Central de Ensino						9.591	(239)		9.352
Central de Relacionamento						1.871			1.871
Total Intangível	62.442			62.442	106.863	16.497	(5.278)	(427)	117.655

Em 29 de fevereiro de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social (i) Fintec pelo valor total de R\$ 6.295; (ii) Europan, pelo valor total de R\$ 8.352; e (iii) Faculdade Brasília, pelo valor total de R\$ 2.235. Como resultado desta transação, foi registrado ágio nestas sociedades no valor total de R\$ 17.143.

Em 03 de junho de 2008, a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Magister, pelo valor total de R\$ 4.244. Como

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

resultado desta transação, foi registrado ágio nestas sociedades no valor total de R\$ 3.617.

Em 1 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a Diretoria a iniciar os procedimentos para a aquisição de participação societária do capital social das seguintes sociedades mantenedoras de instituições de ensino superior: (i) SESSE; (ii) SESAL; (iii) UNEC; e (iv) SESAP, mantenedora da Faculdade do Amapá. Os ágios foram gerados em função dessas sociedades possuírem passivo a descoberto na data de aquisição.

Em 07 de novembro de 2008 a Companhia, através da sua controlada IREP, adquiriu a totalidade das quotas do capital social das sociedades Montessori, Cotia e Unissori, cujas sedes e campi estão localizados nas cidades de São Paulo, Cotia e Ibiúna, respectivamente. Como resultado desta transação, foi registrado ágio nestas sociedades no valor total de R\$ 8.551.

Os ágios apurados nas aquisições possuem fundamento econômico decorrente de expectativa de rentabilidade futura, conforme Laudos de Avaliação Econômico-Financeira emitido por empresa especializada, e foram amortizados pelo prazo de 5 a 10 anos até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM 553/08, a partir de 1 de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		2009	2008
Em moeda nacional			
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	208	287
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% ao ano	4.772	8.863
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% ao ano	590	2.423
		<u>5.570</u>	<u>11.573</u>
Passivo circulante		4.721	6.735
Passivo não circulante		849	4.838
		<u>5.570</u>	<u>11.573</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados. Em 31 de dezembro de 2009 o montante a longo prazo, representado pelo arrendamento mercantil, será pago em parcelas mensais até o ano de 2011.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Salários e encargos sociais a pagar	162	162	41.231	32.360
Provisão de férias			17.897	23.845
	<u>162</u>	<u>162</u>	<u>59.128</u>	<u>56.205</u>

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ISS a recolher			3.432	3.587
IRRF a recolher	65	53	5.181	3.786
IRPJ a recolher	939	1.495	4.165	6.405
CSLL a recolher	324	551	1.581	2.403
PIS e COFINS a recolher	36	30	1.167	485
	<u>1.364</u>	<u>2.129</u>	<u>15.526</u>	<u>16.806</u>

14 Parcelamento de tributos

Parcelamentos	Consolidado	
	2009	2008
ISS	168	284
PIS	14	113
COFINS	18	376
INSS	1.834	4.317
IPTU	212	419
	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>
Passivo circulante	468	1.484
Passivo não circulante	1.778	4.025
	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Referem-se a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras, Receita Federal do Brasil e Previdência Social. Os montantes mensais são de aproximadamente R\$ 25, restando ainda 56, 10 e 179 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 outubro de 2010 e novembro de 2024, respectivamente.

	Consolidado
2011	316
2012	192
2013	152
2014 a 2024	1.118
	<u>1.778</u>

15 Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 23.573 (R\$ 26.460 - 31 de dezembro de 2008) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Provisão para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro, a provisão para contingências, líquida dos correspondentes depósitos judiciais, era composta da seguinte forma:

	Consolidado					
	2009			2008		
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Total líquido	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Total líquido
Cíveis	8.516	(3.108)	5.408	9.862	(1.939)	7.923
Trabalhistas	17.444	(8.993)	8.451	11.570	(2.159)	9.411
Tributárias	7.314	(6.288)	1.026	8.711	(5.879)	2.832
	<u>33.274</u>	<u>(18.389)</u>	<u>14.885</u>	<u>30.143</u>	<u>(9.977)</u>	<u>20.166</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

<u>Descrição</u>	Consolidado				
	2008	Adições	Baixas	Reversão	2009
Cíveis	9.862	1.935	(653)	(2.628)	8.516
Trabalhistas	11.570	9.004	(697)	(2.433)	17.444
Tributárias	8.711			(1.397)	7.314
	<u>30.143</u>	<u>10.938</u>	<u>(1.350)</u>	<u>(6.458)</u>	<u>33.274</u>

a) Contingências cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, cobranças indevidas e pedidos de indenização por danos materiais e morais.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 8.516 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 9.862 em 31 de dezembro de 2009).

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A Companhia foi condenada em primeira instância e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, quando do julgamento da apelação interposta pela Companhia, manteve em parte a sentença de 1ª instância, determinando o seguinte: (a) pensão mensal e vitalícia, equivalente ao valor de um salário mínimo, acrescido das verbas trabalhistas (13º salário, férias e FGTS); (iv) continuidade do aluguel de um imóvel adaptado para a moradia da autora; (b) constituição de capital garantidor das obrigações vincendas; (c) danos morais e estéticos, os quais na ocasião da realização do respectivo depósito judicial somavam a quantia de aproximadamente R\$ 1.800; (d) reembolso por tratamento psicológico aos familiares da autora; e (e) pagamento do tratamento médico, inclusive “home care”. O valor médio despendido mensalmente pela SESES para o tratamento médico da Autora é de aproximadamente R\$ 45 Sem prejuízo dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que ainda estão pendentes de julgamento, os autores ingressaram com a execução provisória da sentença, tendo sido o valor de R\$ 1.800 depositado em juízo. Adicionalmente, encontra-se pendente no STJ o julgamento de denunciação da lide do Estado do Rio de Janeiro, para que este seja considerado co-responsável pelos fatos ocorridos com a Autora.

Dentre as principais ações avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000;
- (ii) Ação de Reintegração de Posse promovida por Seven Park Estacionamento Ltda., sob alegação de descumprimento de cláusula contratual referente a Contrato de Locação do estacionamento utilizado por uma das unidades da Companhia. Atualmente o processo está em fase de instrução, aguardando a realização de perícia e provas testemunhais e documentais. O valor estimado corresponde a R\$ 1.000;
- (iii) Trata-se de Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº. 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente para realização de prova pericial; e

- (iv) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a Companhia, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC. O processo está em fase de conhecimento. O montante estimado é de R\$ 1.161.

Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações, em decorrência da classificação de risco atribuída para as mesmas.

b) Contingências trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 17.444 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 11.570 em 31 de dezembro de 2008).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

- (i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é de R\$ 1.178;
- (ii) Ação trabalhista movida por ex funcionário em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, determinada

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

perícia contábil para apuração e homologação de cálculos. O valor estimado da causa é R\$ 740;

- (iii) Ação trabalhista movida por ex-funcionária em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, requerendo o pagamento das diferenças salariais por desvio de função. Alega que foi contratada como advogada orientadora para atuar nos núcleos de assessoria jurídica da Instituição, local de estágio obrigatório para o corpo discente do curso de direito, porém, desempenhava tarefas inerentes ao magistério. Adicionalmente, pleiteia o pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução de carga horária em sala de aula inerente ao seu labor como professora, horas extras, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é R\$ 645; e
- (iv) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, por meio da qual a Instituição é cobrada pelas contribuições sindicais, ao argumento de terem sido pagas indevidamente ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, nos anos de 1997, 1998 e 1999. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é R\$ 438.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 47.607. Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações, em decorrência da classificação de risco atribuída como perdas possíveis.

Dentre as principais ações trabalhistas avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível podemos destacar:

- (i) Ação movida pelo espólio de ex-terceirizado em face da Sociedade de Ensino Superior do Pará Ltda. – SESPÁ, através da requer indenização por dano moral e material, além de pensão mensal, em razão do “*de cujus*” ter falecido nas dependências da Companhia. Neste caso, discute-se quem é o verdadeiro empregador e responsável pelas indenizações. Apesar do falecimento ter ocorrido no interior da Companhia, o “*de cujus*” era contratado por empresa terceirizada. Em 31 de janeiro de 2008, o juiz do trabalho responsável por este processo prolatou sentença de improcedência, favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelo Espólio. O valor estimado da causa é de R\$ 1.638;
- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 500;

- (iii) Ação trabalhista movida por ex funcionária em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, requerendo o pagamento das diferenças salariais por desvio de função, sob o argumento de exercer atividades inerentes ao cargo de Diretora Acadêmica. Adicionalmente, pleiteia o pagamento de adicional de transferência, férias em dobro acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, danos morais, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a oitiva de testemunhas e o valor estimado é R\$ 695.
- (iv) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, através da qual requer pagamento de férias, devolução dos descontos indevidos, danos morais, repouso semanal remunerado, feriados e domingos trabalhados, indenização por responsabilização civil aos danos supostamente causados à sua saúde e ao seu estado psíquico e caracterização do salário in natura, adicional de 25% de transferência. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento e o valor estimado é R\$ 1.353;
- (v) Ação movida por ex-funcionário, que exercia a função de Diretor Geral de uma das nossas unidades acadêmicas da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, através da qual o mesmo requer indenização por danos morais, em razão de supostas humilhações e constrangimentos sofridos durante a vigência de seu contrato de trabalho. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento e o valor estimado é R\$ 500.
- (vi) Ação movida por ex-terceirizado em face da União Cultural e Educacional Magister Ltda e outro, por meio da qual requer o reconhecimento do vínculo empregatício com a Instituição, bem como o pagamento das verbas rescisórias inerentes à sua contratação, férias, horas extras, danos morais, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente aguarda-se o julgamento interposto pela Instituição. O valor estimado da causa é de R\$ 857; e
- (vii) Ação distribuída por ex-professor e coordenador do Curso de Direito da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda – SESES, por meio da qual pretende o pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução salarial pela extinção do cargo de coordenador de curso e reflexos, férias, 13º salário, repouso semanal remunerado e indenização por dano moral. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a designação de audiência. O valor estimado da causa é de R\$ 517.

Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações, em decorrência da classificação de risco atribuída para as mesmas.

c) Contingências tributárias

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 7.314 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 8.711 em 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações de natureza tributária, podemos destacar:

- (i) Ação Anulatória de Débito Fiscal distribuída pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, em face da União Federal, para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Por conta desse processo, foram efetuados depósitos judiciais em 2005, no montante de R\$ 930;
- (ii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria para majoração de honorários advocatícios. Por conta desse processo, passaram a ser depositados judicialmente o valor de R\$ 5.358 que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento);
- (iii) Ação Ordinária distribuída pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (“Lei do PROUNI”), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, a qual defende que a contagem do prazo de 5 (cinco) anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da “Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 28 de agosto de 2009, foi publicada decisão negando provimento ao pedido de antecipação de tutela. Por este motivo, foi protocolado agravo de instrumento contra esta decisão. Atualmente, o processo está em fase de

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

conhecimento. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor envolvido da demanda é de R\$ 9.081. Nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

- (iv) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é R\$ 2.278. Nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras;
- (v) Ação Anulatória distribuída pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. – SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre 12/2005 e 02/2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é R\$ 1.786. Nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras; e
- (vi) Contribuição Patronal do Instituto Nacional de Seguro Social (“INSS”)

A SESES foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 9 de fevereiro de 2007. Portanto, até essa data gozava, nos termos dos artigos 150 - inciso VI, letra C - e 195 - parágrafo 7º - da Constituição Federal e dos artigos 12 e 15 da Lei no 9.532/97, de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual através do Decreto no 86.072, de 4 de junho de 1981 e da Lei nº 2.536, de 3 de janeiro de 1975, respectivamente.

A SESES possuía, ainda, os seguintes certificados emitidos por órgãos governamentais: (a) certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; (b) Título Declaratório de Regularidade de Situação Estadual; e (c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O artigo 55 da Lei no 8.212/91, que foi revogado pela Medida Provisória nº 446/08 de 11 de novembro de 2008, considerava estar isenta de pagamento da cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda os seguintes requisitos: (a) fosse reconhecida como de utilidade pública Federal e Estadual ou Municipal; (b) fosse portadora do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos - CEFF, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovados a cada três anos; (c) promovesse, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente; (d) não percebessem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores,

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

remuneração e não usufruíssem vantagens ou benefícios a qualquer título; e (e) aplicassem integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A Lei no 9.732/98 estabeleceu ainda que: (a) as entidades sem fins lucrativos educacionais, que não praticassem de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozariam da isenção das contribuições de que tratam os artigos 22 (cota patronal do INSS) e 23 (CSLL e COFINS) da Lei nº 8.212/91, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 55 da referida Lei, (b) o disposto no revogado artigo 55 da Lei no 8.212/91 e no artigo 4o. desta Lei teria aplicação a partir da competência abril de 1999 e (c) ficou cancelada, a partir de abril de 1999, toda e qualquer isenção concedida, em caráter geral ou especial, de contribuição para a seguridade social em desconformidade com o artigo 55 da Lei no 8.212/91 ou com o artigo 4º desta Lei.

Conforme mencionado anteriormente, à época de sua constituição a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso lhe foi assegurado o direito à isenção da contribuição patronal do INSS incidente sobre a folha de pagamento. Os normativos legais posteriores preservaram sua condição de pessoa jurídica isenta, situação essa que legalmente perdurou até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade com fins lucrativos.

A SESES tem sido questionada pelo INSS quanto às renovações do CEBAS concedidas nos anos de 2000 e 2003. A Secretaria da Receita Previdenciária apresentou recursos ao Ministro da Previdência Social objetivando desconstituir as duas últimas referidas renovações do CEBAS concedidas pelo CNAS. Porém, a SESES aderiu em dezembro de 2004 ao PROUNI e, sendo assim, entende a Administração que às entidades que aderirem e adotarem as suas regras seria possível obter a restauração da CEBAS e o restabelecimento da isenção da contribuição social, caso o indeferimento ou cancelamento da isenção, referente os dois últimos triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do revogado artigo 55 da Lei no 8.212/91, ou seja: (a) promova assistência social gratuita; (b) não remunere seus dirigentes; e (c) aplique o resultado operacional no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os questionamentos oferecidos pela Secretaria da Receita Previdenciária não alegam infringência àqueles dispositivos, o que, em tese, daria à SESES o direito de restauração do CEBAS caso viesse a perdê-lo.

Considerando que o CEBAS é, na óptica das autoridades fiscais, imprescindível à fruição da imunidade/isenção, na eventualidade de seu cancelamento em determinado período, todos os demais tributos e contribuições devidos pelas sociedades empresárias poderão vir a ser exigidos pelas autoridades fiscais retroativamente e acrescidos dos encargos monetários, além dos valores relativos aos questionamentos do INSS.

Em relação a esse tema, a Administração informa que foi movida uma Ação Popular, por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Estácio Participações, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por conseqüência, a compelir a SESES a ressarcir

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

o erário público dos tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22.09.09., foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Estácio Participações. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atribuído a causa pelo autor é R\$ 140.000.

Adicionalmente, a Companhia reitera que foram recebidos, em 23 de dezembro de 2008, 27 autos de infração, lavrados pela Secretaria da Receita Federal, contra sua controlada SESES, tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, no valor total de R\$ 484.462, assim como termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, em conformidade com a legislação tributária aplicável.

Esses autos questionam principalmente o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade sobre contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária.

A Companhia reforça que as chances de perda são remotas, com base em pareceres legais elaborados por seus consultores jurídicos, os quais entendem, ainda, que as autuações são passíveis de nulidade, devido às inconsistências apresentadas no procedimento e fundamentação dos autos de infração.

Dentre os principais argumentos de defesa, apontados por nossos consultores legais, destacamos os seguintes:

- (a) Os CEBAS da SESES, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, encontram-se plenamente válidos;
- (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o regular cancelamento do CEBAS, através de processo administrativo próprio, previsto em Lei, que não foi observado nesse caso;
- (c) Decadência do direito da Administração Pública de cancelar o CEBAS referente ao triênio 2001/2003 (concessão no ano de 2000 – decadência em 5 anos);
- (d) Não observância de procedimento administrativo próprio para desqualificação da imunidade da SESES;
- (e) O art. 38 da Medida Provisória nº 446/08 estabeleceu que os recursos, relativos a pedidos de renovação de CEBAS, foram extintos, o que é o caso da SESES;
- (f) O remoto cancelamento da imunidade da SESES somente opera efeitos para o futuro;
- (g) A decadência dos pretendidos lançamentos tributários referentes ao período de janeiro a novembro de 2003;

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (h) Observância do requisito da gratuidade e da possibilidade de considerar bolsas parciais no cômputo dos 20% (vinte por cento) de gratuidade, o que foi reforçado pela Resolução CNAS 177/00 e art. 11 da Lei nº 11.096/05;
- (i) Efeitos da adesão ao PROUNI (dezembro de 2004), notadamente o perdão do legislativo em relação a pedidos de CEBAS negados exclusivamente pelo não cumprimento do requisito da gratuidade, e a comprovação da gratuidade, a partir do exercício de 2005, pelos critérios do art. 11 da Lei do PROUNI;
- (j) Em relação a questão da reversão do patrimônio, a SESES sustenta que a sua transformação de entidade sem fins lucrativos para sociedade empresária não importou em sua dissolução ou liquidação, nos termos do art. 1.113 do Código Civil. Portanto, não há que se falar em reversão de patrimônio para outra entidade beneficente ou pública; e
- (k) No que diz respeito ao suposto pagamento de remuneração ao sócio controlador da SESES, enquanto entidade beneficente, foram apresentados junto com as impugnações todos os contratos de locação e respectivos recibos de aluguel, ficando, portanto, afastada a pretensão da fiscalização de caracterizar pagamento de remuneração ao referido sócio.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo e classifica a expectativa de perda como remota. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

- (vi) Transformação em sociedade empresarial com fins lucrativos

Determinadas controladas efetuaram a alteração de suas naturezas jurídicas de sociedades civis sem fins lucrativos para sociedades empresárias em 30 de setembro de 2005 e 9 de fevereiro de 2007, respectivamente. Com a referida alteração da natureza jurídica destas companhias, estas perdem o direito do gozo de imunidades e isenções fiscais previstas para entidades sem fins lucrativos, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI.

A Administração entende, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos e tributários, que a simples transformação das Mantenedoras em sociedades lucrativas não é fato gerador de tributos, e que somente os lucros, rendimentos, receitas e ganhos de capital gerados após esta transformação é que serão alcançados pela tributação, ressalvados os benefícios fiscais do PROUNI. Sendo assim, os superávits gerados no período em que as Mantenedoras eram imunes e isentas não sofreram ou sofrerão qualquer tributação, sob a condição de não serem distribuídos aos sócios das entidades e, no entendimento da Administração, baseado na opinião dos seus advogados, de serem reinvestidos nas próprias instituições, ou seja, mantidos nos patrimônios sociais das mesmas. Entretanto, as autoridades fiscais poderão vir a questionar tal transformação e exigir o recolhimento dos tributos incidentes sobre os resultados isentos auferidos até a data da mesma.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(vii) Autos de Infração – ISS / Município de Niterói

Foram lavrados autos de infração através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre 01/2004 a 01/2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Sendo ignorado pela Fiscalização o Regime Especial concedido, em fevereiro/05, que autoriza a SESES a centralizar a escrita contábil das suas filiais em Niterói na sua unidade mais antiga, razão pela qual os documentos solicitados pela fiscalização não existiam e, portanto, não poderiam ser apresentados à autoridade fiscalizadora. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram protocoladas as nossas impugnações, em 29 de setembro de 2009. Estamos aguardando as decisões de 1ª instância administrativa. O valor total autuado foi de R\$ 7.793.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como possível. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

(viii) Auto de Infração – ISS / Município do Rio de Janeiro

Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro/05 a janeiro/07, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro/07 para uma “*nova sociedade por quotas limitadas*”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro/07 a julho/09, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro/05 a maio/09. Foi protocolada a nossa impugnação, em 22 de fevereiro de 2010. Estamos aguardando a decisão de 1ª instância administrativa. O valor total autuado foi de R\$ 136.000.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como remota. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ix) **Auto de Infração – ISS / Município de Recife**
Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Recife, através do qual a municipalidade busca a cobrança de complemento de ISS, relativamente aos exercícios de 2006 e 2007, sob alegação de insuficiência de recolhimento do referido imposto. Foi proferida, em 23.12.2009, decisão administrativa desfavorável para a Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco - SESPE, a qual julgou procedente a Notificação Fiscal. Já foi protocolado o nosso Recurso Voluntário contra a referida decisão. O valor total autuado foi de R\$ 410.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como possível. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

d) Outros assuntos tributários contingentes

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias das atividades das suas controladas, destacamos o seguinte:

- (i) **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ("CPMF"):** a SESES, entendia não estar sujeita a incidência de tal contribuição nos termos da Emenda Constitucional nº 21/99, assim como foi entendimento de seus consultores jurídicos que a isenção estava configurada nos termos da Lei nº 9.311/96 e Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal aplicáveis à espécie;
- (ii) **COFINS:** isenção da referida contribuição, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1 de fevereiro de 1999, sobre as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97. Adicionalmente, a SESES, com base na opinião de seus advogados, entendeu estar assegurada a referida isenção, uma vez que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa por ADIN;
- (iii) **CSLL:** a SESES e determinadas controladas entenderam, enquanto sem fins lucrativos e considerando que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa pela ADIN, que estavam isentas da referida contribuição, nos termos do artigo 15, parágrafo 1º, da Lei nº 9.532/97.

A Administração da Companhia, assim como seus consultores jurídicos, entenderam estar assegurada a isenção integral das referidas contribuições; por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Durante o ano de 2008 ocorreram importantes eventos societários, quais foram: (i) em 04.06 foi deliberada a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ordinárias, na proporção de uma ordinária para cada preferencial; (ii) em 13.06 ocorreu a adesão da Companhia às regras do segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“Bovespa”) e a migração da listagem das ações da Companhia do Nível 2 para o Novo Mercado da Bovespa; e (iii) em 07.07 foi realizado o grupamento das ações da Companhia, na proporção de três para uma, passando o capital social a ser dividido em 78.585.066 ações ordinárias.

Em 31.12.2009 o capital autorizado da Companhia é de um bilhão de ações, sendo que, na referida data, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era representado da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.	28.702.835,00	36,52%
Moena Participações S.A.	15.717.013,00	20,00%
Magnoliophyta Participações S.A.	8.200.810,00	10,44%
Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.	4.100.405,00	5,22%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti	342.566,00	0,44%
Andre Cleófas Uchôa Cavalcanti	324.366,00	0,41%
Outros acionistas	21.197.071,00	26,97%
	<u>78.585.066</u>	<u>100%</u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Reserva de capital

b.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. A exemplo da SESES, as Mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das Mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das Mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e Mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

b.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 3.916 em 31 de dezembro de 2009, conforme mencionado na Nota 23 (b). Como o pronunciamento técnico determina, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data das demonstrações financeiras..

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 534, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02, onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora. A Companhia constituiu a conta de Ajustes acumulados de conversão o valor negativo de R\$ 697 (R\$ 397 positivo em 31 de dezembro de 2009), decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

(d) Reserva de lucros

d.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

d.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral, é a seguir demonstrada:

	2009
Lucro líquido do exercício	64.280
Apropriação à reserva legal	(3.214)
Lucro líquido ajustado – base de cálculo dos dividendos	61.066
Percentual de dividendos propostos	50%
Dividendos propostos a pagar	(30.533)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Destinação do lucro líquido ajustado

	2009
Lucro líquido do exercício	64.280
Apropriação à reserva legal	(3.214)
Lucro líquido ajustado	61.066
Dividendos propostos	(30.533)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(30.533)

18 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso	1		9.999	10.231
Rendimentos de aplicações financeiras	10.343	20.535	19.039	25.521
Outras	1.701	541	949	3.689
	12.045	21.076	29.987	39.441
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	4	4	5.044	4.448
Juros e encargos financeiros	10	1	4.285	3.344
CPMF		1		65
Descontos financeiros			5.217	4.044
Outras		52	415	1.198
	14	58	14.961	13.099

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

19 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 está apresentada a seguir:

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.540	39.680	69.688	46.327
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.284	13.491	23.694	15.751
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			1.604	258
Equivalência patrimonial	(20.691)	(13.171)		
Amortização de Ágio (a)		2.633		3.538
Despesas não dedutíveis (b)	1		180	1.098
Provisão de Bonus			2.992	
Lucros auferidos no exterior	139		139	
Compensação de prejuízo fiscal	(520)	(885)	(520)	(885)
Provisão para contingências			1.523	2.630
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar(c)			(1.089)	
Provisão para devedores duvidosos				2.472
Crédito tributário diferido não contabilizado (d)			1.237	
Provisão para perda no imobilizado			(227)	
Outras	47	(23)	(300)	308
	1.260	2.045	29.233	25.170
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			(23.825)	(16.478)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	1.260	2.045	5.408	8.692
Alíquota efetiva	1,92%	5,15%	7,76%	18,76%

(a) No consolidado, além do ágio da Controladora também se refere a aquisição dos controles acionários de cinco novas empresas pela IREP.

(b) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios e brindes.

(c) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Referem-se aos créditos tributários calculados sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizados.

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.637 (R\$ 3.557 em 31 de dezembro de 2008) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Instrumentos financeiros

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

(c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes passivos são equivalentes aos seus valores contábeis.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

A política de matrícula da Companhia para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

A dívida sujeita à flutuação da TJLP foi liquidada em 2008.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação CVM No. 475 de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa, a Companhia informa que não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

21 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias segurados	
	2009	2008
Incendio de bens do imobilizado	25.000	31.450
Responsabilidade Civil	5.000	3.880
Despesa Fixa	5.000	340
Equipamentos Eletrônicos	400	5.530
Queda de aeronava		860
Demais ramos	1.760	3.058
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

22 Compromissos

As empresas controladas possuem diversos contratos de aluguel de suas instalações. Os compromissos futuros relacionados a esses contratos em vigor em 31 de dezembro de 2009, considerando (i) que haverá renovações normais em seus prazos de vencimentos e (ii) levando-se em conta os valores conhecidos naquela data, serão anualmente da ordem de R\$ 94.000 pelos próximos 5 anos.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

As remunerações dos Administradores, compreendendo os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, são computadas como despesas do período. Conforme aprovado pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 28.04.2009, foi fixada a importância total de até R\$ 11.000 como remuneração anual global dos Administradores.

A remuneração da Diretoria Estatutária vem sendo efetuada pela controlada SESES, e repassada, mediante rateio, para as demais mantenedoras. O valor mensal dessa remuneração, incluindo seus respectivos encargos, é de R\$ 460.

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13.06.2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 01.07.2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de zero vírgula oitenta e cinco por cento que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada Beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o Beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o Beneficiário.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Até 31.12.2009 nenhuma das opções outorgadas tinha sido exercida, e o montante total de ações que compõem essas opções é 2.314.665 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend
			juros real			Yield
11/7/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,50	7,50	0,97%
30/9/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,50	7,50	1,62%
2/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,50	7,50	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,50	7,50	1,55%
13/1/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,50	7,50	1,72%
29/9/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,50	7,50	1,13%

* preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2009 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia, sendo seus efeitos registrados de forma retroativa à data em que as opções foram outorgadas

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 3.916 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2009.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	7
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	9
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	10
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31/03/2007 A 31/12/2007	11
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	17
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	19
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	20
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 31/03/2007 A 31/12/2007	21
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	22
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	24
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	26
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	35/81